(Anexo da Resolução/FNDE/CD/ nº 010/2006)

ANEXO I EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O Ministério da Educação, atendendo aos princípios legais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem desenvolvido ações caracterizadas pelo respeito ao processo de lutas e conquistas dos povos indígenas, pela descentralização e pelo atendimento a demandas que conduzam a uma oferta de educação intercultural e bilíngüe aos alunos indígenas.

O governo federal, exercendo sua função redistributiva e supletiva, concederá apoio financeiro às Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras Municipais e entidades privadas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão da população indígena no processo de ensino com qualidade social.

No âmbito da educação escolar indígena, o apoio financeiro será direcionado ao desenvolvimento das seguintes ações:

1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O apoio financeiro subsidiará as Secretarias Estaduais de Educação e entidades privadas sem fins lucrativos na melhoria da oferta de ensino fundamental de qualidade para a população indígena, por meio da formação de professores, com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, 120 horas anuais, por professor, que poderão ser executadas com atividades presenciais e utilizar recursos tecnológicos da educação a distância. Caberá ao órgão proponente o ônus por carga horária superior à estabelecida.

A proposta de capacitação deverá ter por base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como os currículos definidos pelos sistemas de ensino, para possibilitar, na formação, o desenvolvimento de conteúdos, métodos e técnicas apropriados às características da população alvo, e fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena.

É fundamental priorizar a articulação com instituições/agências formadoras legalmente reconhecidas, respeitando as determinações legais descritas no item “Análise do Projeto Educacional” do Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais/2006.

Serão beneficiários dessa ação os professores que atuam em escolas indígenas dos sistemas estaduais de ensino das seguintes UF's: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia, Alagoas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Amazonas e Acre.

Os projetos educacionais do Programa Indígena – Formação de Professores - serão avaliados de acordo com os critérios, a seguir relacionados, portanto deverão ser explicitados no Anexo 2 do Plano de Trabalho (JUSTIFICATIVA DO PROJETO):

1 - A proposta pedagógica apresenta afinidade com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena /CNE quanto ao tratamento da diversidade cultural e lingüística no campo educacional;

2 - A proposta pedagógica apresenta afinidade com os conceitos estabelecidos nos Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, editados pelo Ministério da Educação;

3 - A proposta contempla a participação de representantes das comunidades indígenas na definição, acompanhamento e avaliação dos projetos e ações;

4 - A proposta da Secretaria de Educação e/ou organizações não governamentais considera a territorialidade indígena;

5 - A proposta da secretaria estadual de educação e organização não governamental é uma continuidade de projeto anterior de formação de professores indígenas;

6 - A proposta prevê a produção de material didático-pedagógico no seu desenvolvimento.

2. CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS

Apoio financeiro às Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia, Alagoas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Amazonas e Acre para construção, reforma, ampliação e equipamentos de unidades escolares que oferecem educação escolar indígena.

Os projetos educacionais do Programa Indígena – Construção, Reforma, Ampliação e Equipamentos - serão avaliados de acordo com os critérios, a seguir relacionados, portanto deverão ser explicitados no Anexo 2 do Plano de Trabalho (JUSTIFICATIVA DO PROJETO). O critério 2 exige documentos comprobatórios, os quais deverão ser anexados ao projeto:

1 - O Projeto arquitetônico apresenta afinidade com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena /CNE;

2- A secretaria estadual ou municipal de educação promove a representação indígena no Conselho Estadual ou Municipal de Educação (quando houver), no Conselho de acompanhamento do FUNDEF e Conselho de Alimentação Escolar;

3 - Localização e projeto da escola definidos em comum acordo com a comunidade indígena beneficiada;

4 - Implantação de escolas que possibilitem a expansão da oferta do segundo segmento do Ensino Fundamental;

5 – Projetos arquitetônicos adequados à realidade cultural e ecológica das comunidades indígenas.

2.1 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INDÍGENA

O projeto de construção e a relação de equipamentos para a escola devem ser justificados com elementos que evidenciem a existência de população escolar a ser atendida e sua adequação à realidade cultural e ecológica das comunidades indígenas.

Serão priorizados os projetos de construção de escola com, no máximo, 2 (duas) salas de aula e demais dependências, perfazendo uma área em torno de 230 m², e à aquisição dos equipamentos necessários ao atendimento adequado dos alunos.

A aprovação dos projetos de construção para a educação escolar indígena a serem analisados pela equipe técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, irá considerar, além dos documentos básicos que compõem o projeto arquitetônico, planta de situação, locação e cobertura, planta baixa, memorial descritivo, orçamentos, área física construída, cronograma de execução e outras informações, tais como:

- Escritura pública do imóvel, termo de posse do terreno **ou Documentos da Diretoria de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio atestando que a escola está localizada em terra indígena homologada.**

- Planta de locação com escala apropriada (1:100, 1:200) indicando as distâncias entre as linhas limites do terreno e as que representam as paredes externas da obra.

- Para as construções, reformas e ampliações, devem ser observados padrões flexíveis de infra-estrutura que garantam a adequação às condições climáticas da região e, sempre que possível, às técnicas de edificação próprias do grupo.

- Planta baixa cotada, identificada e assinada por profissional habilitado e credenciado (engenheiro civil, arquiteto ou técnico em edificações, onde e quando a legislação permitir), informando o número de registro no CREA. Em outras palavras, a planta baixa deve especificar a denominação de todas as dependências e a área útil de cada uma. No carimbo, devem ser descritas: a área útil total, a área a ser construída e a área do terreno. A planta deve ter escala e identificar de forma legível a cotação da área a ser construída.

- cobertura da escola, bem como do local destinado ao lazer ou ao refeitório, construídos obrigatoriamente com telhas de cerâmica ou tecnologias tradicionais dos povos indígenas, mesmo que haja adaptações modernas. É vetado o uso de telhas de amianto.

- janelas preferencialmente grandes e ao alcance visual das crianças.

- banheiros infantis, sem comunicação direta com a cozinha; pintados em cores claras; com piso claro, lavável, impermeável, com vasos/bacias sanitárias e cubas/lavatórios; chuveiro, contido em boxe individual, sem chaves ou trincos.

- cozinha voltada para o nascente e em bloco isolado, revestida de azulejos, com piso antiaderente, arejada, com espaços para preparar alimentos, para lavar e guardar utensílios. **O botijão de gás deverá ser instalado na área externa, com proteção, fora do alcance das crianças.**

- Área administrativa que favoreça o trabalho administrativo, o atendimento individual e de saúde, guarda de materiais, sanitários e recepção ao público.

2.2 AMPLIAÇÃO DE ESCOLA INDÍGENA

O projeto de ampliação, conjugado com a aquisição de equipamentos para as novas salas de aula, deve ser justificado com elementos que evidenciem sua efetiva necessidade, tais como:

- aumento comprovado da demanda;
- eliminação de turnos intermediários;
- substituição de palha e taipa por alvenaria ou outros materiais de qualidade adequados à realidade cultural e ecológica dos povos indígenas.

Assistência financeira destinada à ampliação de escola com a construção de sala(s) de aula de cerca de 50 m² de área útil e aquisição de equipamentos necessários.

2.3 REFORMA DE ESCOLA INDÍGENA

Os recursos serão destinados à reforma dos pisos, banheiros, sistemas elétrico e hidráulico e à cobertura das escolas, quando esses, devido a comprovados estragos, estiverem prejudicando o regular funcionamento e/ou colocando em risco a segurança das crianças, professores e funcionários.

2.4 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Essa ação está vinculada aos projetos de construção e ampliação dos espaços escolares, visando dotá-los da infra-estrutura necessária ao funcionamento condizente com as necessidades dos alunos indígenas.

Deverá ser adquirido mobiliário de boa qualidade, adaptado à cultura e ao sistema indígena para os espaços de atividade, com altura apropriada à faixa etária a que se destina. Será necessário, igualmente, informar e especificar cada item do mobiliário e demais equipamentos. Exemplo: um armário de cerejeira com 2 (duas) portas e 4 (quatro) gavetas; 1 (uma) mesa de cerejeira com capacidade para x pessoas; identificar o custo unitário e o custo total.